

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS: NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PAIS EM UM AMBULATÓRIO DE PEDIATRIA

Título abreviado: Violência Doméstica contra Crianças...

Tipo de colaboração: Artigo original

Autores: Patrícia T. Sitonio⁽¹⁾, Hermano J. F. de Almeida⁽²⁾

(1) Estudante de Graduação em Medicina da UFPB. Responsável pela coleta de dados e confecção do texto. Email: peta_sitonio@yahoo.com.br

(2) Doutor e Psiquiatra Infantil do Hospital Universitário Lauro Wanderley. Responsável pela orientação e supervisão do texto. Email: hermanojose@uol.com.br

Ambos os autores possuem currículo cadastrado na plataforma Lattes do CNPq e concordam plenamente com a Nota de Copyright.

Declaração de conflito de interesse: nada a declarar.

Instituição em que o trabalho foi realizado: Hospital Universitário Lauro Wanderley – UFPB, Campus I S/N- Cidade universitária - João Pessoa, PB- CEP: 58050-000

Autor responsável pela correspondência e contatos pré-publicação:

Patrícia Tomaz Sitonio

Av. Sapé, 360, Manaíra. João Pessoa – PB. CEP: 58038-380

Tel: (83) 3247-7885 Email: peta_sitonio@yahoo.com.br

Contagem total das palavras do texto, excluindo o resumo, agradecimentos, referências bibliográficas, tabelas e legendas das figuras: 2736;

Contagem total das palavras do resumo: 242;

Número de tabelas e figuras: 1 quadro, 1 tabela, 5 figuras.

Resumo

Objetivo: Verificar o nível de conhecimento dos pais acerca da violência doméstica infantil. Outrossim, são feitas correlações entre violência doméstica e renda familiar, número de filhos, escolaridade e idade dos pais.

Métodos: Estudo descritivo e transversal, com amostra composta por 300 indivíduos selecionados a partir de técnica não-probabilística por conveniência em um ambulatório de Pediatria. A coleta de dados por questionário buscou recolher informações sobre o perfil do indivíduo, violência infantil e educação, com nível de significância de 5%.

Resultados: As respostas mostraram que os pais: costumam corrigir os filhos conversando ou chamando atenção (78,3%); não aceitam que educadores (95,7%) ou familiares próximos (77%) punam com castigos físicos; discordam que palmada prepara a criança para a vida (65,3%). Acreditam: ser errado repreender a criança na frente de outras pessoas (70,3%); que palmadas prejudicam o relacionamento entre pais e filhos (66,7%); conversar sobre erros faz parte da educação (100%); xingamentos causam danos à criança (91,7%); medo não significa respeito (59,3%); criança não esquece as coisas facilmente (70,7%); ser correto denunciar casos de violência infantil (82,7%); agressões domésticas podem levar à morte (97%). A média da escala de violência foi de 1,11. Foram obtidos nível de significância das correlações entre violência doméstica e renda (0,048), idade (-0,009), número de filhos (0,037) e escolaridade (0,55).

Conclusões: Os participantes apresentaram conhecimento adequado sobre violência doméstica infantil. Além disso, não houve correlação estatisticamente significativa entre violência e renda familiar, número de filhos, escolaridade e idade dos pais.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica. Crianças. Educação Infantil

Abstract

Objective: To verify parents knowledge about domestic violence against children. Besides, correlations between domestic violence and family income, number of children, parents age and schooling are made.

Methods: This is a descriptive and transversal study, composed by 300 individuals selected by convenience non probability sampling in a Pediatric ambulatory. The data collection by questionnaire aimed to obtain information about the individual profile, violence against children and education, with significance level of 5%.

Results: The answers showed that parents: are used to correct children talking or drawing attention (78,3%); do not accept that teachers (95,7%) or close relatives (77%) use physical punishments; disagree that slapping prepares children for life (65,3%). They believe: reprehending a child in front of other people is wrong (70,3%); that slapping impairs the relationship between parents and children (66,7%); talking about mistakes is part of the education (100%); insulting causes damages to the child (91,7%); fear does not mean respect (59,3%); children do not forget easily (70,7%); child abuse notification is correct (82,7%); domestic violence may cause death (97%). The violence scale average was 1,11. Significance levels were obtained in correlations between domestic violence and family income (0,048), parents age (-0,009), number of children (0,037) and parents schooling (0,55).

Conclusions: The participants presented suitable knowledge about domestic violence against children. Besides, no statistically significant correlation was found between violence and family income, number of children, parents age and schooling.

KEY-WORDS: Domestic violence. Children. Parenting.

Introdução

A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade desde os tempos antigos até o presente, sendo, portanto, uma forma secular de relacionamento das sociedades¹. Sempre relegada a segundo plano na história, é no século XIX que a infância e seus problemas começam a ganhar visibilidade, tornando-se objeto de ação e intervenção públicas em todo o Ocidente².

A violência e suas consequências negativas são uma violação dos direitos humanos, não escolhendo classe social, raça, credo, etnia, sexo e idade. Por estarem em processo de crescimento e desenvolvimento, são as crianças e os adolescentes os que se apresentam em situação de maior vulnerabilidade e sofrem maiores repercussões nas suas vidas³.

Levantamentos estatísticos revelam que a maioria dos casos ocorre em casa e 80% dos agressores são os próprios pais¹. A violência no contexto familiar constitui um fenômeno complexo, envolvendo questões como a desigualdade social e prejuízos na qualidade de vida, que atingem as famílias⁴.

Dentre os principais tipos de maus-tratos cometidos dentro da família, estão abuso físico, abuso psicológico, abuso sexual e negligência⁵. Considerada um problema grave na saúde pública, atingindo um número expressivo de crianças no Brasil e no mundo, a violência doméstica causa danos irreversíveis à saúde física, emocional e social⁶.

De acordo com relatórios recentes sobre a violência infantil, anualmente, até 275 milhões de crianças de todo o mundo testemunham a violência, em qualquer de suas manifestações, dentro de suas próprias casas⁷. Segundo a Sociedade Internacional de

Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância, no Brasil, anualmente, 12% dos 55,6 milhões de crianças menores de 14 anos são vítimas de alguma forma de violência doméstica. Isso significa que 18 mil crianças são agredidas por dia, 750 por hora e 12 por minuto⁸, número que pode chegar a 20%, de acordo com estatísticas do IBGE¹.

Estudos mostram que alguns fatores de risco para o fenômeno podem se destacar, como o uso de drogas e álcool, história de abuso, pais jovens, criança não desejada, criança com distúrbios psicológicos ou outras doenças, analfabetismo, pobreza, desemprego e exposição à violência⁵.

Existem inúmeros motivos alegados para justificar a agressão praticada contra crianças e adolescentes, mas na maioria dos casos não há causas concretas e são desencadeados por fatos corriqueiros e banais⁹.

As consequências da violência com crianças podem variar de acordo com sua natureza e severidade, com repercussões a curto e longo prazo graves e prejudiciais. Pode gerar uma maior suscetibilidade a traumas cognitivos e a comportamentos que trazem riscos para a saúde e duram toda a vida⁷. Assim, sua abordagem exige grande atenção, devido ao crescimento, intensidade e complexidade do fenômeno⁶.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pelo Congresso Nacional e transformado na Lei nº 8069 em 13/07/1990, tornou-se o instrumento legal na garantia da cidadania de crianças e adolescentes¹⁰. Dispõe sobre a proteção contra qualquer forma de maus-tratos e determina penalidades para os que praticam o ato e para os que não denunciam, instituindo o Conselho Tutelar como órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente¹¹.

Não há como negar que o ECA trouxe avanços no campo jurídico e contribuiu para a consolidação da consciência social¹¹. Porém, para que seja cumprido, é necessário que os responsáveis por sua aplicação e os executores tenham amplo conhecimento do estatuto e também partilhem seus objetivos, contribuindo para que efetivamente as crianças e adolescentes possam exercer plenamente seus direitos¹².

Atualmente, tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 2.654/2003, conhecido como “Lei da Palmada”, que proíbe qualquer forma de castigo corporal às crianças, mesmo com propósitos pedagógicos. Em meio a inúmeras discussões e polêmicas, se o projeto for aprovado, os pais estão sob risco de punições mais severas pelo Conselho Tutelar ao dar uma pequena palmada em seu filho¹³.

Gerando controvérsias entre especialistas, uns dizem que só uma palmadinha não faz mal e há situações críticas em que apenas o diálogo racional é incompatível com a disciplina. Outros dizem que a palmada deseduca e dá ensejo a atitudes cada vez mais violentas. Apesar disso, o projeto pretende modificar condutas e disciplinar o futuro¹⁴.

Para tentar minimizar essa triste realidade, órgãos governamentais e universitários têm desenvolvido ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas, particularmente nos grandes centros urbanos. Neste momento, procura-se cada vez mais aprimorar as leis, as investigações e a punição¹¹.

Este trabalho tem como objetivo principal verificar o nível de conhecimento dos pais de crianças atendidas no ambulatório de Pediatria do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) acerca da violência infantil em suas casas e identificar a postura dos pais na educação dos filhos. Além disso, são feitas correlações entre violência doméstica e a renda familiar, o número de filhos, a escolaridade e a idade dos pais.

Métodos

O estudo caracteriza-se como descritivo e transversal, tendo como população-alvo os pais ou responsáveis por crianças atendidas no ambulatório de Pediatria do Hospital Universitário Lauro Wanderley, em João Pessoa - PB. O projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do mesmo hospital.

A amostra foi selecionada a partir de técnica não probabilística por conveniência e composta por 300 indivíduos escolhidos aleatoriamente, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados foi feita através de um questionário previamente elaborado (Quadro 1), modificado do trabalho de Biscegli et al¹⁵, entre dezembro de 2011 e maio de 2012.

Esse instrumento é composto por perguntas que têm por objetivo recolher informações sobre o perfil do indivíduo, as punições mais impostas pelos pais para corrigir, a postura em relação à educação dos filhos e o nível de violência contra as crianças dentro da casa dos entrevistados. Com relação aos dados elencados na entrevista sociodemográfica, foram realizadas análises estatísticas descritivas, utilizando média, desvio padrão e frequências. Na análise das tendências globais das respostas, foi utilizada a frequência.

Outrossim, foram feitas correlações entre violência e renda familiar, número de filhos, escolaridade e idade dos pais, as quais foram determinadas através do Coeficiente de Correlação de Postos de Spearman e Teste de Kruskal-Wallis, com nível de significância de 5%.

Foi utilizado como instrumento estatístico o aplicativo SPSS (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais), versão 17.0 para Windows.

Resultados

Foram aplicados 300 questionários no ambulatório de Pediatria do HULW. Desses, 242 foram respondidos por mulheres (80,7%), enquanto que 58 (19,3%) foram respondidos por responsáveis do sexo masculino. A idade média foi de 36,7 anos, com desvio-padrão de 10,85.

A média de filhos dos participantes foi de 2,45, com desvio-padrão de 1,47. A renda mensal teve média de 1,96 entre as famílias, com desvio-padrão de 1,9. Quanto ao estado civil, 38 declararam-se solteiros (12,7%); casados, 154 (51,3%); divorciados, 12 (4%); separados, 6 (2%); viúvos, 7 (2,3%); união estável, 83 (27,7%).

Com relação à escolaridade, 10 declararam-se analfabetos (3,3%); 108 têm ensino fundamental incompleto (36%); 33 têm ensino fundamental completo (11%); 25, ensino médio incompleto (8,3%); 88, ensino médio completo (29,3%); 7, superior incompleto (2,3%); 12, superior completo (4%); 16 possuem pós-graduação (5,3%).

Os resultados das questões acerca da posição dos pais na educação dos filhos, a frequência com que os pais apanharam quando crianças e as aceções sobre violência doméstica também foram mostrados (Figuras 1-5). Com relação ao nível de violência, a média da escala de 0-10 (P15) foi de 1,11 com desvio-padrão de 1,75. Foram feitas correlações entre o nível de violência e a renda, a idade dos pais e o número de filhos pelo Coeficiente de Spearman (Tabela 1). Também foi feita uma correlação entre a escala de violência e a escolaridade, através do teste de Kruskal-Wallis, cujo resultado foi 0,55.

Discussão

Segundo o Ministério da Saúde, abuso físico é todo ato violento com uso da força física intencional, praticada por familiares ou por outras pessoas, com o objetivo de ferir a criança, podendo acarretar marcas evidentes em seus corpos e até mesmo a morte. Essa é a forma de violência mais frequentemente identificada¹⁶.

A grande maioria dos pais (78,3%) mostrou que sabe corrigir a criança no momento do erro, preferindo o diálogo em detrimento de atitudes mais drásticas. Estatísticas mostram que crianças submetidas à violência estão mais suscetíveis ao abuso de substâncias e iniciação prematura da atividade sexual. Problemas de saúde mental e sociais incluem ansiedade, alucinações, desempenho afetado no trabalho e distúrbios de memória⁷. Sanchez e Minayo¹ acrescentam distúrbios de aprendizagem, comportamentos autodestrutivos, isolamento social, precoces atitudes erotizadas e dificuldade para fazer amizades.

A exposição prematura à violência pode provocar doenças pulmonares, cardíacas e hepáticas, doenças sexualmente transmissíveis, óbito fetal na gravidez e tentativas de suicídio⁷.

Diferentes vitimizações de violência tendem a estar mais próximas do comportamento de retraimento e depressão. As experiências de violência podem ganhar magnitude, engendrando culpa, vergonha, tristeza e retraimento, formando a existência de uma constelação depressiva, difícil de ser rompida e que alimenta a condição de vítima e da depressão¹⁷.

Enquanto Larzelere¹⁸ defende o uso de punição corporal não muito severa para crianças pequenas, Straus¹⁹ argumenta que a punição corporal traz efeitos positivos

apenas pelo fato de ser imediata e a criança, então, para de emitir o comportamento inadequado. Assim, a obediência imediata do filho acaba sendo um benefício para os pais.

Neste trabalho, os pais (65,3%) acreditam que a palmada não é a melhor opção no momento da correção e não prepara para a vida. Isso é corroborado pelo fato de que 100% dos entrevistados afirmam a importância da conversa na educação dos filhos, mostrando os erros através do diálogo. Para Freire²⁰, a educação pelo diálogo é capaz de formar adequadamente as pessoas e é voltada para uma cultura pacífica e solidária.

Do mesmo modo, os pais não aceitam que outras pessoas, como educadores (95,7%) ou familiares próximos (77%) punam as crianças com castigos físicos. Apesar de serem minoria, existem pais que ainda permitem que os filhos apanhem de outras pessoas. Na justificativa de educar e corrigir erros de comportamentos, acarretam a violência intrafamiliar e institucional, que são formas agressivas e cruéis de se relacionar no interior das famílias, na escola e em instituições²¹.

Mais da metade dos participantes (51,6%) apanharam frequentemente quando crianças. Esse é um dos fatores associados ao agressor que aumentam a chance de surgimento da violência doméstica, pois há uma tendência de se seguir o modelo de educação oferecido por seus pais ou responsáveis²².

A violência doméstica é um fenômeno complexo, que compromete as relações intrafamiliares e é evidenciado pelo abuso de poder⁴. Como observado por Caselles e Milner²³, pais que cometem abusos com os filhos tendem a considerar a punição como fator central na sua relação com eles.

Esse prejuízo nos relacionamentos entre pais e filhos, através do uso de tapas e palmadas, é notório para 66,7% dos entrevistados. Além de estarem cientes dos benefícios de não punir fisicamente seus filhos, ao chamar atenção durante algum comportamento inapropriado, preferem estar a sós com eles (70,3%) e não repreendê-los na frente de outras pessoas.

A punição corporal, a longo prazo, pode acarretar prejuízos não somente para o indivíduo que a recebe, mas também para os outros com quem convive, aumentando os índices de criminalidade, delinquência e violência contra o cônjuge²².

A imensa maioria dos pais (91,7%) entende que xingamentos podem causar danos às crianças, muitas vezes irreversíveis. De acordo com o Ministério da Saúde, o abuso psicológico consiste em toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas do adulto. Pode provocar danos ao desenvolvimento e à personalidade da criança, sendo um tipo de violência muito difícil de ser identificado¹⁶. Na escala de severidade da violência, a agressão verbal é tida como a mais leve, mas nem por isso menos danosa¹⁷.

Mais da metade dos entrevistados (59,3%) acreditam que as crianças devem ter respeito por seus pais, e não medo. Crianças que demonstram medo ou apreensão a um adulto, que se apresentam agitadas e agressivas podem estar sofrendo algum tipo de violência²⁴. Deve-se ressaltar o quanto uma interação repleta de calor emocional e afeto é importante para o desenvolvimento das crianças²⁵.

Para Qureshi²⁶, indivíduos que vivenciaram experiências traumáticas como abuso e negligência infantil estão mais propensos a apresentar transtornos psiquiátricos,

como a depressão, transtorno bipolar e transtorno de estresse pós-traumático. Weber, Viezzer e Brandenbur²² acrescentam que as crianças que apanham apresentam autoestima mais baixa, comportamento agressivo e menor bem-estar geral. A maioria dos entrevistados (70,7%) acredita que as crianças não esquecem episódios de violência facilmente e ainda podem ficar com sequelas emocionais.

Muitos casos de violência contra crianças e adolescentes não são reconhecidos. Além disso, um número de casos reais é bastante superior ao oficialmente conhecido, denotando o grande problema da subnotificação²⁷. Os entrevistados, entretanto, estão bastante orientados acerca desse aspecto, pois a grande maioria deles (82,7%) afirmou que casos de violência devem ser denunciados.

Clinicamente, as lesões provocadas por maus-tratos físicos são frequentes em pele, mucosas, esqueleto, sistema nervoso central, tórax e abdome. As lesões cutâneo-mucosas podem ser devidas a golpes, arrancamento de dentes e cabelos, mordidas e armas brancas ou de fogo, e as vítimas podem apresentar escoriações, equimoses, hematomas e queimaduras. No esqueleto, as agressões físicas costumam provocar mutilações e fraturas. No sistema nervoso central, sacudidas e impactos podem acarretar traumatismo cranioencefálico ou hemorragias intracerebrais. Muitas crianças sofrem também lesões oculares e auditivas, levando à invalidez e até à morte¹. Quase todos os participantes do estudo (97%) estão corretos em acreditar na possibilidade desse desfecho com uso de agressões físicas.

Num estudo realizado entre 2004 e 2005 em João Pessoa-PB, utilizando 1829 ocorrências de maus tratos infantis nos Conselhos Tutelares dessa cidade, a maioria das vítimas eram meninos, de 0 a 3 anos e as mães eram as principais autoras das agressões.

Quando havia abusos físicos, as regiões mais atingidas eram a cabeça e o pescoço, e os sinais de maus tratos mais encontrados eram equimose e escoriação²⁸.

Com relação à escala de violência entre 0 e 10, em que os 300 participantes classificam suas casas, a média das respostas foi de 1,11 com desvio-padrão de 1,75. Esses dados são subjetivos, visto que se referem à aceção de que os pais tem sobre o grau de violência vigente no lar. Certamente, foi um viés neste trabalho, pois, como se pode exemplificar, os mesmos pais que disseram costumar castigar com surras os filhos também classificaram como 0 o nível de violência de suas casas. Além disso, muitos são omissos na hora de responder com veracidade às questões.

Logo, a partir das respostas concedidas e, em acordo com os resultados de Biscegli et al¹⁵, pode-se afirmar que houve uma alta prevalência de respostas esperadas nesta pesquisa, ou seja, conclui-se que os pais ou responsáveis entrevistados mostraram um nível satisfatório de conhecimento sobre violência doméstica infantil. Porém, apesar de mostrar resultados favoráveis, eles podem não corresponder à realidade dos fatos.

No intuito de se correlacionar as variáveis de renda, número de filhos e idade dos pais, foi obtido, em todos os casos, Sig. 2-tailed maior que 0,05 no Teste de Spearman. Isso quer dizer que não houve grande diferença de resposta entre pais com poucos e pais com muitos filhos. Portanto, de acordo com este trabalho, o número de filhos não foi capaz de aumentar ou diminuir o grau de violência dentro de uma família.

Também não houve relação significativa entre a idade dos pais com o nível de punição aplicada, ou seja, tanto os mais velhos quanto os mais novos aplicaram punições corporais da mesma forma. Tal aspecto também foi encontrado no trabalho de Weber, Viezzer e Brandenburg²².

Não houve relação estatisticamente importante entre a renda e a escala de violência. Isso mostra que os pais costumam aplicar punições independentemente da questão financeira. Apesar disso, Weber, Viezzer e Brandenburg²² mostraram que a maioria das crianças que nunca receberam punição pertencia a grupo de menor poder aquisitivo, sendo possível, para os autores, afirmar que existe diferença entre os grupos de níveis socioeconômicos em relação aos relatos de punições e castigos utilizados pelos pais. Esses dados diferem do resultado de Azevedo e Guerra²⁹, que detectaram maior percentual de crianças que nunca apanharam em classes mais favorecidas.

Também foi feita uma correlação entre a escala de violência e a escolaridade dos pais, através do teste de Kruskal-Wallis. Não houve diferença estatisticamente importante, ou seja, não existiu nenhum grupo que obteve níveis de violência significativamente maiores ou menores que os demais. A não influência da escolaridade na aplicação da punição corporal também foi verificada nos trabalhos de Morris³⁰ e Weber, Viezzer e Brandenburg²².

Agradecimentos

A Terezinha Soares Biscegli, Helena Hotz Arroyo, Nathália da Silva Halley, Giuliana Martinelli Dotoli, Jéssica Freire Gonçalves, Joyce Freire Gonçalves, por terem tornado real este trabalho.

Referências

1. Sanchez RN, Minayo MCS. Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Violência Faz Mal à Saúde. Brasília, 2006. Cap.3.
2. Santos EPS. (Des)construindo a “menoridade”: uma análise crítica sobre o papel da psicologia na produção da categoria ‘menor’. In: Gonçalves HS, Brandão EP. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2004, pp. 205-248.
3. Sanchez RN. O Enfrentamento da Violência no Campo dos Direitos de Crianças e Adolescentes. In: _____ Pacto pela Paz: Uma Construção Possível. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2003. p.39-46.
4. Milani RG, Loureiro SR. Famílias e Violência Doméstica: Condições Psicossociais Pós Ações do Conselho Tutelar. Psicologia Ciência e Profissão, 2008, 28 (1), 50-67.
5. Pires ALD, Miyazaki MCOS. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. Arq Ciênc Saúde 2005 jan-mar; 12(1):42-9.
6. Algeri S. A Violência Infantil na Perspectiva do Enfermeiro: Uma Questão de Saúde e Educação. Rev. Gaúcha Enferm. Porto Alegre (RS), 2005, dez; 26 (3):308-15.
7. Nações Unidas. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2006. Disponível em http://www.unicef.org/violencestudy/reports/SG_violencestudy_en.pdf Acesso em: 02/01/2012.
8. Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância - SIPANI, 2009. Disponível em: http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/publi/unicef/protocolo_atencao_criancas_vitimas_violencia.pdf Acesso em: 07 abr. 2012.

9. Garbin CAS. et al. Violência denunciada: ocorrências de maus tratos contra crianças e adolescentes registradas em uma unidade policial. Rev Bras Enferm, Brasília, 2011; jul-ago; 64(4): 665-70.
10. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 04 jan. 2012.
11. Martins CBG, Jorge MHPM. Maus-tratos infantis: um resgate da história e das políticas de proteção. Acta Paul Enferm 2010; 23 (3): 423-8.
12. Silva ER. O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.
13. Souza SS. Projeto "palmada" altera o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 23 jul. 2010. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.27664> Acesso em: 20 fev. 2012.
14. Sifuentes M. Nem uma palmadinha? Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília, v.22, n.10, out.2010. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/34760> Acesso em: 2 fev. 2012.
15. Biscegli TS et al. Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escola pública e privada. Rev. Paul. Pediatr. 2008; 26(4):365-71.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes: um Passo a Mais na Cidadania em Saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
17. Avanci J et al. Quando a Convivência com a Violência Aproxima a Criança do Comportamento Depressivo. Ciência & Saúde Coletiva, 14(2):383-394, 2009.

18. Larzelere REA. Child outcomes of nonabusive and customary physical punishment by parents: an updated literature review. *Clinical Child and Family Review*, 2000; 3(4), 199-221.
19. Straus MA. Discipline and deviance: Physical punishment of children and violence and other crimes in adulthood. *Social Problems* 1991; 38, 133-154.
20. Freire AMA. Educação para a paz segundo Paulo Freire. *Educação*. Porto Alegre, 2006; mai-ago; ano 29, nº2 (59): 387-393.
21. Souza ER, Jorge MHPM. Impacto da Violência na Infância e Adolescência Brasileiras: Magnitude da Morbimortalidade. In: Brasil. Ministério da Saúde. *Violência Faz Mal à Saúde*. Brasília, 2006. Cap.2.
22. Weber LND, Viezzer AP, Brandenburg OJ. O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos Psicol* 2004; 9:227-37.
23. Caselles CE, Milner JS. Evaluation of child transgressions, disciplinary choices, and expected child compliance and a crying infant condition in physically abused and comparison mothers. *Child Abuse Negl.*2000; 24(4):477-91.
24. Ramos D et al. A Violência Contra a Criança e o Adolescente: Uma Abordagem Histórica e Clínica. *Gaz. méd. Bahia* 2007;77:(Suplemento 1):S98-S102.
25. Ribas AFP, Ribas Júnior RC, Valente AA. Bem-estar emocional de mães e pais e o exercício do papel parental: uma investigação empírica. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum* 2006;16(3):28-38.
26. Qureshi SU. et al. The link Between Post-traumatic stress disorder and physical comorbidities: a systematic review. *Psychiatry Q*. Vol 80 (2009), pp. 87-97.
27. Faleiros JM, Matias ASA, Bazon MR. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em

informações do setor educacional. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(2):337-348, fev, 2009.

28. Ferreira JMS. et al. Maus-tratos infantis: estudo nos conselhos tutelares do município de João Pessoa no período de 2004 a 2005. *Rev Odontol UNESP*. 2007; 36(3): 237-241.

29. Azevedo MA, Guerra VN. *Mania de bater*. São Paulo: Iglu, 2001.

30. Morris JD. The normative influence of social network members on mothers' attitudes toward corporal punishment. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*, 57(1-B), 0765, 1996.

Quadro 1: Protocolo de coleta de dados.

Análise do conhecimento sobre violência doméstica infantil

I. Dados Gerais

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: M () F () N° de filhos: _____

Estado civil: Solteiro () Casado () Divorciado () Separado () Viúvo () Outro ()

Escolaridade: Analfabeto () E. Fundamental Incompleto () E. Fundamental Completo () E. Médio Incompleto ()
E. Médio Completo () Superior Incompleto () Superior Completo () Pós Graduação ()

Renda Mensal Familiar: _____ salários mínimos

II. Assinale com um X a resposta escolhida.

1. Quando seus filhos fazem algo que você considera errado, qual o máximo de punição que costuma usar para corrigi-los?

R. Conversando () * Chamando a atenção () * Brigando () Dando palmadas () Dando surra ()

2. Você concorda que professores ou diretores de escolas/creches punam as crianças com castigos físicos?

R. Nunca () * Somente quando o erro for grave () Algumas vezes () Sempre ()

3. Pessoas de sua convivência, como pais e irmãos, estão autorizadas a bater nos seus filhos?

R. Nunca () * Somente quando o erro for grave () Algumas vezes () Sempre ()

4. Você apanhou quando criança?

R. Muito () Algumas vezes () Raras vezes () Nunca ()

5. Palmada ajuda a preparar a criança para a vida.

R. Verdadeiro () Falso () * Depende () Não sei dizer ()

6. Considera correto chamar a atenção de seu filho na frente de outras pessoas.

R. Verdadeiro () Falso () * Depende () Não sei dizer ()

7. Tapas e palmadas prejudicam o relacionamento entre pais e filhos.

R. Verdadeiro () * Falso () Depende () Não sei dizer ()

8. Conversar com os filhos sobre as coisas erradas que eles fizeram faz parte da educação.

R. Verdadeiro () * Falso () Depende () Não sei dizer ()

9. Xingar os filhos quando está nervoso não causa nenhum dano à criança.

R. Verdadeiro () Falso () * Depende () Não sei dizer ()

10. Ter medo do pai e da mãe significa ter respeito por eles.

R. Verdadeiro () Falso () * Depende () Não sei dizer ()

11. Criança esquece fácil.

R. Verdadeiro () Falso () * Depende () Não sei dizer ()

12. Quem sabe de algo errado deve denunciar.

R. Verdadeiro () * Falso () Depende () Não sei dizer ()

13. Agressões domésticas podem levar à morte.

R. Verdadeiro () * Falso () Depende () Não sei dizer ()

14. Numa escala de 0-10, como você classifica a violência contra a criança dentro da sua casa?

R. 0 () * 1 () * 2 () * 3 () * 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

* Respostas esperadas

Tabela 1 – Nível de violência em relação com as variáveis pelo Coeficiente de Spearman.

	p	Sig. 2-tailed
Renda	0,048	0,405
Idade	-0,009	0,883
Nº de filhos	0,037	0,523

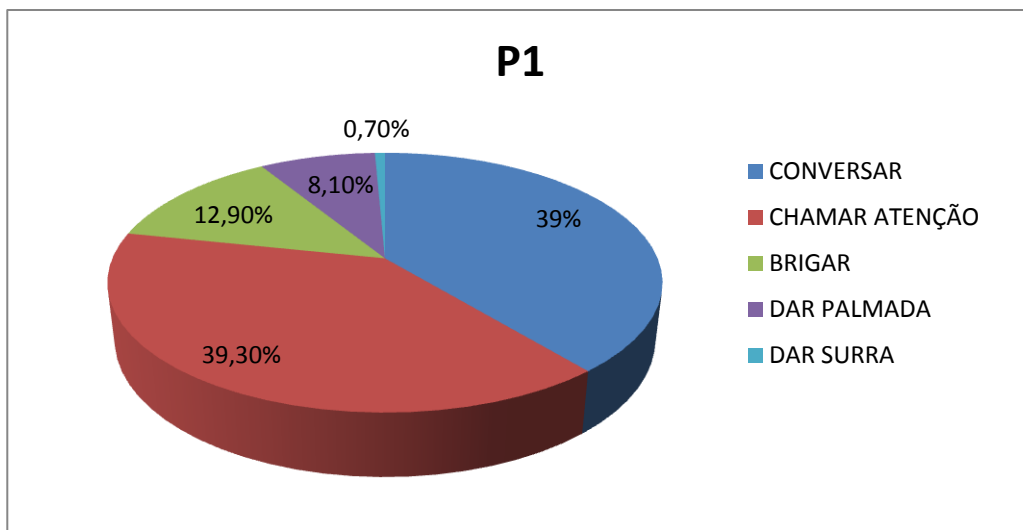


Fig. 1: Distribuição do grau máximo de punição que os pais costumam aplicar na correção dos filhos, na entrevista feita no ambulatório de Pediatria do HULW (n=300), entre dezembro de 2011 e maio de 2012.

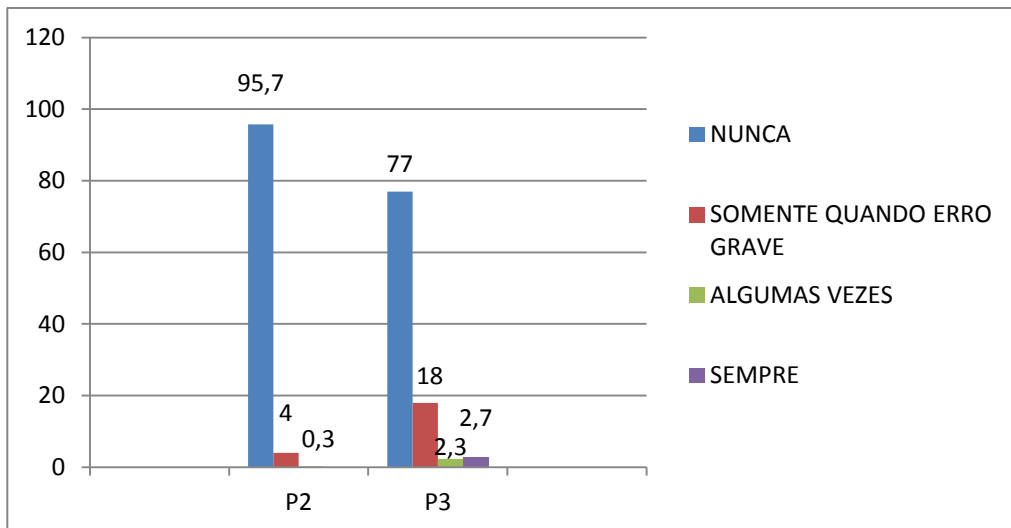


Fig. 2: Distribuição em percentagem das respostas obtidas quando os pais foram indagados se educadores nas escolas (P2) ou familiares próximos (P3) tinham permissão para castigar fisicamente as crianças (n=300)

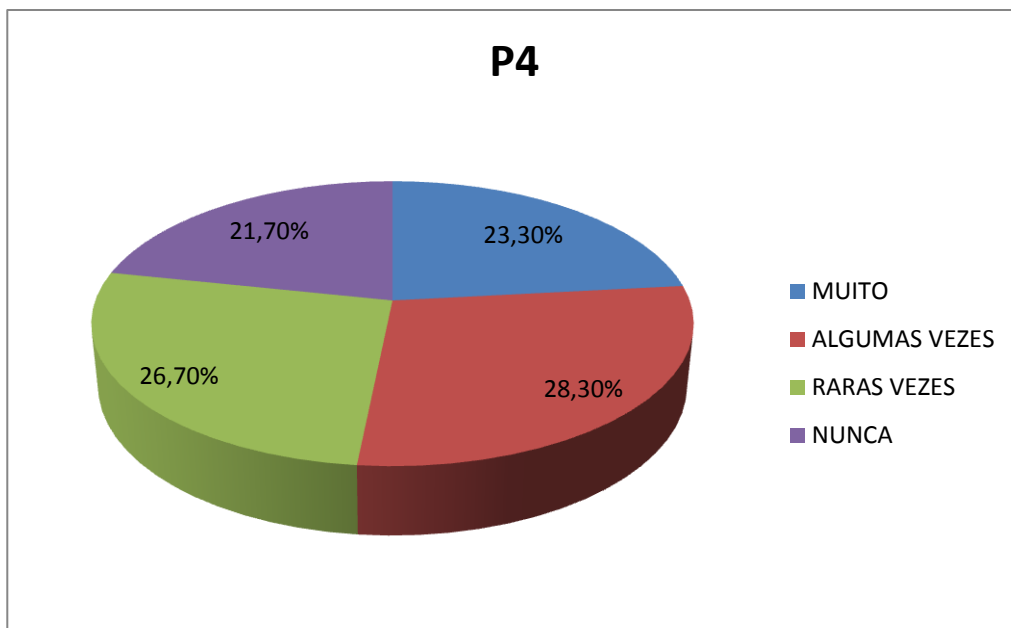


Fig. 3: Distribuição da frequência com que os pais apanharam quando criança.

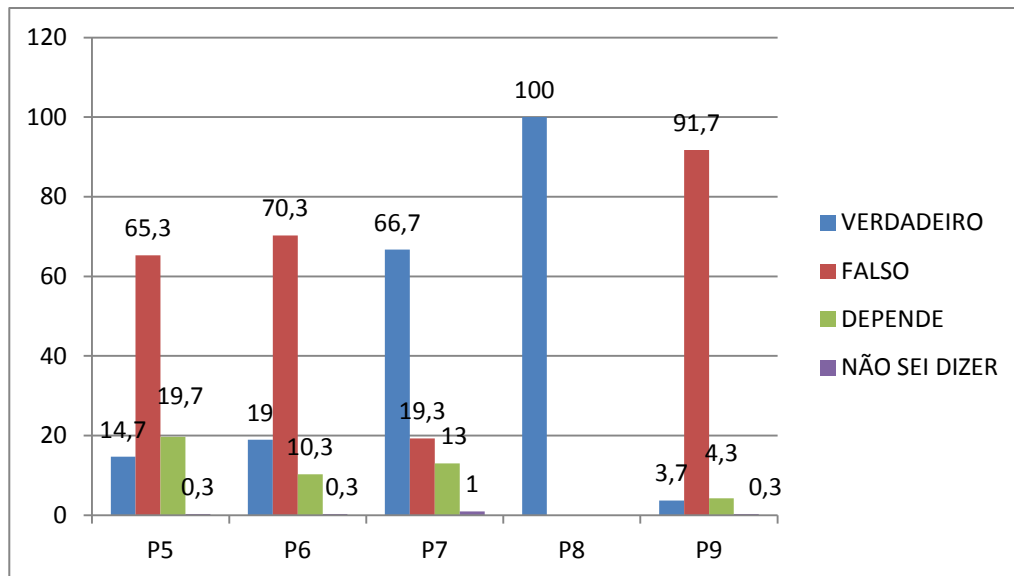


Fig. 4: Distribuição em percentagem das respostas sobre a postura dos pais na educação dos filhos (n=300).

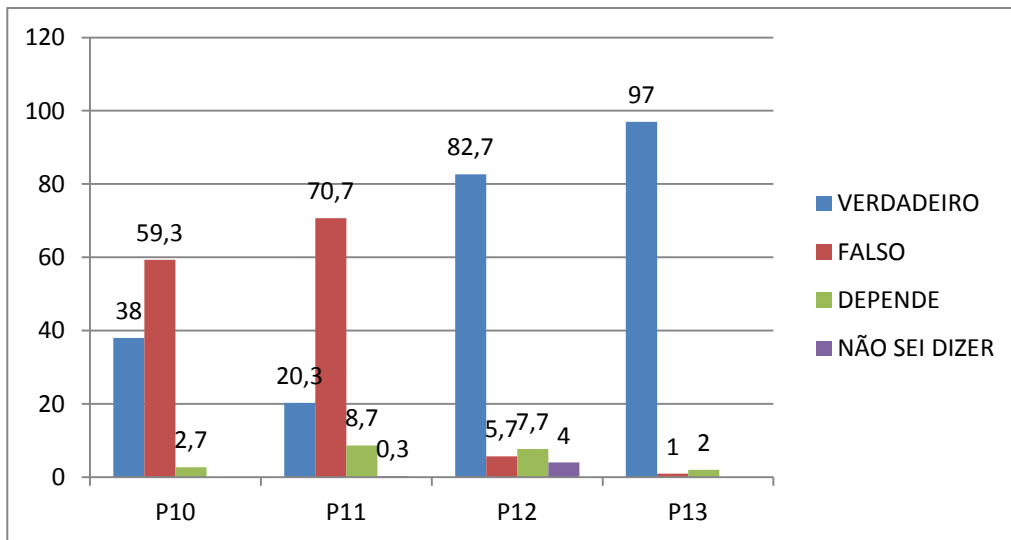


Fig. 5: Distribuição em percentagem das respostas sobre a postura dos pais na educação dos filhos (n=300).